

## HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA

## Termo de Referência 6/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	160019-HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA	MARIANA CRISTINA FERREIRA	27/04/2026 11:03 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	24/2026	64597.000934/2026-17

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

- 1.1 Aquisição de material permanente PAASSEx 2026 para atender as necessidades do Hospital de Guarnição de Tabatinga nos termos da tabela anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5 Havendo divergências entre o código CATMAT e a descrição do Termo de Referência, prevalecerá o descritivo que consta neste documento.
- 1.6 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP:00394452000103-0-000341/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 196, 197, 198, 199;
- IV) Classe/Grupo: 6515, 6520, 6530, 7290;
- V) Identificador da Futura Contratação:160019-24/2026;
- 2.3. Este Órgão Gerenciador recebe recursos para aquisição de material permanente, descentralizados pelo Planejamento Anual de Atividades do Sistema de Saúde do Exército (PAASSEx), visando a economicidade dos meios bem como dos valores dos materiais.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

4.1.2 Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado.

#### Indicação de marcas ou modelos

4.2 Não há indicação de marca ou modelo.

#### Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3 Não há vedação de marca ou produto.

#### Da exigência de amostra

4.4 Não haverá exigência de amostra.

#### Da exigência de carta de solidariedade

4.5 Em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame, não haverá a exigência.

#### Subcontratação

4.6 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.7 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### Margem de Preferência:

4.8 O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência para o item 28 normal de 5%, prevista no Decreto n.º 11.890, de 22 de Janeiro de 2024, conforme disposto na Resolução n.º 4 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias **úteis**, contados do(a) assinatura do contrato ou instrumento equivalente (nota de empenho), em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.3.1 Hospital de Guarnição de Tabatinga, situado na Avenida da Amizade, 887, Centro, CEP 69640-000, Tabatinga-AM, de segunda a quinta-feira das 07h00min às 14h30min e sexta-feira das 07h00min às 11h30min e Comando de Fronteira Solimões - 8º Batalhão de Infantaria de Selva Batalhão Forte São Francisco Xavier de Tabatinga, Endereço: Av. Central, Tabatinga - AM, 69640-000, Horário de entrega: de 2ª às 5ª feiras, das 09:30 às 16:30, e às 6ª feiras, das 07:30 às 12:00.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 03 (três) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.11 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### Gestor do Contrato

- 6.16. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c. der causa à inexecução total do contrato;
  - d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro

Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de

contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/04/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.3 Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

#### **Qualificação Técnica**

- 9.24. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.24.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.24.1.1. Comprovação de aptidão, através de Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, que demonstrem que a sociedade empresária forneceu bens compatíveis em características, quantidades e prazos semelhantes com o objeto desta licitação;
- 9.24.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.
- 9.24.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.24.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.25. Prova de atendimento aos requisitos técnicos, sanitários e de qualidade, previstos na lei nº 14.133/2021 e normas da ANVISA, para materiais permanentes hospitalares.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

- 9.26. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.27. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.29. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.559.269,77 (um milhão, quinhentos e cinquenta e nove mil, duzentos e sessenta e nove reais e setenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela anexa.
- 10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

Tabatinga, 26 de abril de 2026.

Mariana Cristina Ferreira – 1º Tenente  
Chefe da Equipe de Planejamento

## 13. ANEXO I

### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

#### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 3.1. São obrigações do Contratante:
  - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
  - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
  - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
  - 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
  - 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
    - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
  - 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
  - 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
  - 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
  - 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
  - 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]
  - 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
  - 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
    - 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
    - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
    - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
    - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
    - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
  - 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
  - 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3. Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25%

- (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Tabatinga, Seção Judiciária de Tabatinga para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº 90006/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo o TR e anexos. Autorizo a abertura da licitação p/ Registro de Preços, nos termos do Art. 71, IV e Art. 82 da Lei 14.133/21.  
Encaminhado para prosseguimento.

LUIZ AUGUSTO FRANCO CESAR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 11:03:49.

Despacho: Ratifico o Termo de Referência. O planejamento está concluído e alinhado às normas vigentes. Submeto à autoridade superior para aprovação e prosseguimento da contratação.

MARIANA CRISTINA FERREIRA

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 26/04/2026 às 20:36:38.*

Despacho: Elaborado o Termo de Referência conforme o ETP e Gerenciamento de Riscos. As especificações atendem à necessidade da área.

**LETICIA NADAL**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 26/04/2026 às 20:53:41.*

Despacho: Elaborado o Termo de Referência conforme o ETP e Gerenciamento de Riscos. As especificações atendem à necessidade da área.

**GABRIEL JACKSON LIMA LEITE**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 26/04/2026 às 21:07:46.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Tabela do Termo de Referencia.pdf (321.71 KB)
- Anexo II - 62 - ETP160019\_000002\_2026.pdf (86.32 KB)

TABELA DO TERMO DE REFERÊNCIA - PAASEx 2026											
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	HGUT		8º BIS		A	B	C	D
				MIN	MAX	MIN	MAX	TOTAL HGUT+8º BIS	VALOR UNITÁRIO DE MERCADO	VALOR DE MERCADO + 30%	VALOR TOTAL (A*C)
1	<b>Lavadora Ultrassônica hospitalar</b> com gabinete cuba e cesto em aço inox, tratamento anticorrosivo, pés de borracha, Válvula para drenagem, PAINEL DE CONTROLE Display de 2 dígitos para tempo de processo; Capacidade: 30 Litros; Frequência do Ultrassom: 40 kHz +/- 2 kHz; Potência Ultrassom: 720 W. Potência Total: 2720 W. Material: Aço Inox ASI 304. Área Útil aproximada: 580 x 310 x 100mm.	480952	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$ 23.288,26	R\$ 30.274,74	R\$ 60.549,48
2	<b>Aspirador cirúrgico hospitalar</b> , modelo elétrico móvel, sobre suporte com pelo menos 4 rodízios giratórios. Sistema de pistão isento de óleo, com válvula de segurança, sistema antitransbordamento e filtro hidrofóbico e bacteriológico. Intensidade de aspiração ajustável, com fluxo mínimo de 35 LPM. Frasco coletor com capacidade mínima de 5L, feito em plástico de alta resistência, autoclavável e com volume graduado. Deve ser silencioso durante o seu funcionamento, preferencialmente < 60 dB. O equipamento deverá possuir registro na ANVISA. Garantia mínima de 12 meses.	459185	UNIDADE	1	4	0	0	4	R\$ 6.890,00	R\$ 8.957,00	R\$ 35.828,00
3	<b>Bomba de Infusão de Equipo Universal Peristáltica.</b> Intervalo Taxa de Fluxo: 0.1 - 1200ml/h. Selecionar incremento: 0.1ml/h, 1ml/h, 10ml/h ou 100ml/h. Funções do Alarme: Alarmes visuais e sonoros. Bateria: Polímero de Lítio 7.4V 1900mAh. Tempo de funcionamento: mais de 3h na taxa de 25ml/h	415962	UNIDADE	2	12	0	0	12	R\$ 3.612,65	R\$ 4.696,45	R\$ 56.357,40
4	<b>Pinça Kelly</b> Curva 16 cm, com ranhuras apenas até a metade de sua face interna. São utilizadas para hemostasia, Produto Confeccionado em Aço Inoxidável Cirúrgicos, material autoclavável	467839	UNIDADE	2	12	2	10	22	R\$ 68,42	R\$ 88,95	R\$ 1.956,90
5	<b>Pinça Kelly</b> Reta 14 cm, Ponta reta com serrilha transversal, com cremalheira para travar. Material confeccionado em Aço Inox. Material Autoclavável.	467838	UNIDADE	2	12	2	10	22	R\$ 30,52	R\$ 39,68	R\$ 872,96
6	<b>Pinça Kocher Reta</b> 18 cm, com dentes na ponta e cremalheira/ serrilha para maior aderência nos tecidos fibrosos, produto confeccionado em Aço inox, material autoclavável	467802	UNIDADE	2	12	2	10	22	R\$ 54,56	R\$ 70,93	R\$ 1.560,46
7	<b>Tesoura de Mayo Curva</b> 16 cm, com ponta romba, lâminas chanfradas, confeccionado em aço inoxidável, material autoclavável.	471498	UNIDADE	2	12	2	10	22	R\$ 37,68	R\$ 48,98	R\$ 1.077,56
8	<b>Tesoura Metzemaum Reta</b> 23 cm, confeccionado em Aço inox, material autoclavável.	471540	UNIDADE	2	12	2	10	22	R\$ 85,05	R\$ 110,57	R\$ 2.432,54
9	<b>Porta Agulha Mayo Hegar</b> 16 cm, Cabo e ponta com widea, Confeccionado em Aço Inoxidável, autoclavável.	471166	UNIDADE	2	12	2	10	22	R\$ 157,58	R\$ 204,85	R\$ 4.506,70
10	<b>Colchão Uso Hospitalar</b> , Material: Espuma Flexível Poliuretano, Revestimento: C/ Capa Removível, Totalmente Impermeável, Dimensões (C X L X A): Cerca De 198 X 78 X 12 CM, Densidade: Cerca De D-28 A D-33 KG/M3	614737	UNIDADE	5	35	0	0	35	R\$ 352,65	R\$ 458,45	R\$ 16.045,75
11	<b>Unidade de aquecimento portátil</b> , estruturado em um suporte de rodas, com clipe para lençóis. Uso dedicado para evitar e tratar hipotermia, e oferecer conforto térmico ao paciente. Com mangueira/tubo flexível e atóxica com no mínimo 1,5m e com cabo de alimentação de no mínimo 3 metros. Possuir sistema de segurança contra sobreaquecimento, com alarme visual e sonoro, além de sistema de filtragem de alta eficiência. Seleção de temperatura em pelo menos 3 diferentes níveis (aproximadamente 32°C, 38°C e 44°C, ±2°C) e modo standby. O equipamento deverá possuir registro na ANVISA. Garantia mínima de 12 meses.	254093	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$ 18.517,00	R\$ 24.072,10	R\$ 48.144,20
12	<b>Microscopia de campo claro</b> , contraste de fase e polarização simples. Tubo Binocular ou Trinocular inclinado em 30°; Iluminação LED com controle de intensidade; Lentes oculares de 10X com campo de visão de 20mm; Revólver de objetivas com 04 posições; Objetivas Plan Acromáticas CCIS EC 4X/0.1, 10X/0.25, 40X/0.65/R, 100X/1.25/R-Óleo; Ajuste de foco macro e micrométricos; Platina de 150x150mm com escala de vernier e movimentação XY de 80x30mm; Lente condensadorea Abbe NA1.25 que permite sliders de campo escuro e contraste de fase com diafragma de iris posicionados para cada objetiva; Fonte de energia 100-240V, 50-60Hz. Pode ser utilizado com iluminação halógena (iluminação Halogênio ou LED intercambiável); Travamento para transporte; Ferramentas para montagem e liberação das travas de transporte; Capa de proteção; Manual.	624539	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$ 16.800,00	R\$ 21.840,00	R\$ 43.680,00
13	<b>CONTRA ÂNGULO ODONTOLÓGICO</b> / Dimensões c/ Embalagem (AxLxP): 30 x 73 x 165mm; Comprimento da Peça de Mão:83,9 mm; Diâmetro da Peça de Mão – Inferior: 14,5 / 19,8mm; Sistema de Troca de Broca: Push Button; Rotação Máxima Suportada: 40.000 rpm; Peso: 41g; M	407109	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$ 571,33	R\$ 742,73	R\$ 1.485,46
14	<b>Micromotor de Baixa Rotação/</b> Comprimento da Peça de Mão: 93,5 mm Diâmetro do Corpo da Peça de Mão: 20mm Diâmetro do Pino de Conexão: 9,85mm Rotação Máxima: 20.000 rpm Peso: 81,5g Material do Corpo: Liga de alumínio e aço inoxidável Acionamento / Conexão	450977	UNIDADE	2	5	0	0	5	R\$ 543,41	R\$ 706,43	R\$ 3.532,15
15	<b>Peça de Mão Reta/</b> Comprimento da Peça de Mão:84,6 mm Diâmetro Inferior do Corpo da Peça de Mão:19,8mm Diâmetro Superior do Corpo da Peça de Mão: 9mm Rotação Máxima / Mínima: 40.000 rpm Peso: 48g Pinça: Acionamento por Mola Material do Corpo: Liga de alumínio	407018	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$ 394,74	R\$ 513,16	R\$ 1.026,32
16	<b>Mocho odontológico.</b> Tipo a gás, com encosto, destinado a uso clínico/odontológico. Estrutura confeccionada em tubo de aço. Assento giratório, com regulagem de altura por sistema de acionamento a gás. Assento com acabamento em poliuretano injetado, revestido em PVC laminado, sem costura. Encosto fixo. Base giratória em Aço Carbono, com quatro pés, provida de quatro rodízios. Altura regulável, com variação aproximada de 43 cm a 95 cm. Estofado na cor azul. Suporta: Até 135 kg. Qualidade igual ou superior ao Salus Confort Lux.	427767	UNIDADE	5	10	0	0	10	R\$ 1.052,80	R\$ 1.368,64	R\$ 13.686,40
17	<b>Centrífuga display digital</b> microprocessada de bancada com capacidade para até 12 tubos cônicos (tipo falcon ou outro material resistente) de 10mL, com velocidade de centrifugação de 0 a 4.000rpm, Bloqueio de tampa e alerta sonoro ao final do ciclo, incluindo 01 Rotor de Ângulo Fixo 45° com 12 Posições. 12 Caçapas para Tubos de 10 mL. 12 Adaptadores para Tubos de Coleta à Vácuo (2/5/7 ml). 01 Cabo de Energia AC (Padrão ABNT). 02 Fusíveis de Segurança. 01 Manual de Instruções Detalhado. Garantia de 12 meses	442192	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$ 2.993,00	R\$ 3.890,90	R\$ 7.781,80
18	<b>Eletrocardiógrafo de 12 Canais</b> para coletar sinais de ECG em até 12 canais simultaneamente com exibição em 3, 6 ou 12 derivações, imprime formas de onda em <b>formato A4</b> através de sistema de impressão térmica. Velocidade do papel: 5 mm / s, 6,25 mm / s, 10 mm / s, 12,5 mm / s, 25 mm / s, 50 mm / s; Qualidade: Funções de autoanálise e autodiagnóstico para parâmetros de ECG de rotina com resultados de medição e conclusão de autodiagnóstico para HR, intervalo PR, duração P, duração QRS, duração T, intervalo QT, Q-Tc, eixo P, Eixo QRS, Eixo T, R (V5), S (V1), R (V5) + S (V1). * Armazenamento: Memória embutida de grande capacidade. Armazena pelo menos 1000 exames. Dimensões do Produto: 82 cm x 32 cm x 34 cm (CxLxA). Peso: 5 Kg. Igual ou superior ao Eletrocardiograma Contec.	631029	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$ 12.412,66	R\$ 16.136,46	R\$ 32.272,92



19	<b>SELADORA AUTOMÁTICA CONTÍNUA PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO</b> , para uso profissional hospitalar, com funcionamento por sistema de esteira e arraste da embalagem por correias sincronizadas. Equipamento com controle digital de temperatura, faixa de 0°C a 300°C, com comandos independentes de aquecimento e acionamento do motor. Largura de solda de 13 mm e velocidade de selagem aproximada de 10 m/min. Estrutura com acabamento em pintura eletrostática. Alimentação elétrica de 200 V, potência aproximada de 280 W. Dimensões aproximadas de 380 x 280 x 180 mm e peso aproximado de 14 kg.	369041	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$	8.172,50	R\$	10.624,25	R\$	21.248,50
20	<b>Equipamento odontológico</b> tipo jato de bicarbonato e ultrassom. Sistema piezoelétrico ativado através de pastilhas cerâmicas em frequência de 30.000 Hz. Reservatório de água removível translúcido com iluminação a LED, Liso, com cantos arredondados. Peça de mão do jato de bicarbonato: removível e autoclavável. 03 Insertos que acompanham o produto. Frequência das vibrações do ultrassom: 30.000 Hz. Alimentação: 127 V - 60Hz.	416674	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$	4.362,44	R\$	5.671,17	R\$	11.342,34
21	<b>Destruidor de Agulhas de Seringa 100 ~ 125 A Volt</b> com derretimento da agulha em 2 a 3 segundos a 1500°C, com proteção dupla contra superaquecimento, para agulha de 18 a 34G, ruído de trabalho ≥ 50 dB. Com garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação	440395	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$	693,08	R\$	901,00	R\$	1.802,00
22	<b>Esfigmomanômetro</b> , Tipo: Digital Com Freqüencímetro <b>profissional</b> , Componentes: Lcd Digital, Oscilométrica, Capacidade Medida: 40 A 180bpm E 0 A 299mmhg, Características Adicionais: Bomba Insuflação, Deflação Válvula Ativa, Tipo Uso: Fecho Velcro.	436498	UNIDADE	2	10	2	10	20	R\$	806,33	R\$	1.048,23	R\$	20.964,60
23	<b>Oxímetro Digital</b> , Tipo: Portátil, Faixa Medição Oxigênio: 0 A 199 PER, Tolerância Máxima Erro Medição: 1% Para 0,1 Mg/L, Faixa Temperatura: -5 A 45 °C, Tipo Correção Pressão Atmosférica: Manual, Características adicionais: Eletrodo Oxigênio E Bolsa Transporte. Portátil (quando fora da base), De mesa (quando alojado na base).	607402	UNIDADE	1	10	1	4	14	R\$	1.021,22	R\$	1.327,59	R\$	18.586,26
24	<b>Serra De Cortar Gesso</b> , Tipo Lâmina: Lâmina 2" E 2/5", Características Adicionais: Cabo De Força 3m, Elétrica, 180w, Voltagem: 110/ 220 V, Modelo: Motor Tipo Universal Mínimo 18.000rpm	422617	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$	1.807,87	R\$	2.350,23	R\$	4.700,46
25	<b>Coagulometro semiautomático</b> com no mínimo 4 canais para medição, mínimo de 15 posições de incubação para para amostras, 5 posições mínimas para incubação de reagentes. Equipamento deve possuir impressora térmica embutida utilizar cubetas descartáveis. Equipamento deve possuir metodologia mecânica de detecção do coágulo para minimizar interferência de hemólise e lipemia. Possibilidade de realizar no mínimo os seguintes testes: TP (Tempo de Protombina), TTPA (Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada), FIB (Fibrinogênio), TT (Tempo de Trombina), HEP (Heparina de Alto Peso Molecular), LMWH (Heparina de Baixo Peso Molecular), ProC (Proteína C), ProS (Proteína S), Estimativa dos Fatores de Coagulação , II, V, VII, X, VIII, IX, XI, XII.	453212	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$	20.454,38	R\$	26.590,69	R\$	53.181,38
26	<b>Tesoura para Bandagem Elástica</b> - kinesio Tape. Lâminas japonesas de aço inoxidável. Revestimento antiaderente. Alças em formato ergonômico. Pivô com ponto de ajuste.	471438	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$	152,85	R\$	198,71	R\$	397,42
27	<b>Balança corporal Digital</b> Vidro Banheiro Academia Até 180kg Dimensões: 29 x 29 cm Material: Vidro e Metal	622211	UNIDADE	1	2	1	4	6	R\$	99,17	R\$	128,92	R\$	773,52
28	<b>Balança Eletrônica</b> , Capacidade Pesagem: 25 KG, Voltagem: Bivolt V, características Adicionais: Display/Concha Anatômica Polipropileno/Anti-Germe; Tipo: Antropométrica Para Pesar Bebês, Dimensões: 55 X 33 X 8,50 CM, Tipo Pannel: Display Lcd, Teclado Membra	457135	UNIDADE	1	3	0	0	3	R\$	879,66	R\$	1.143,56	R\$	3.430,68
29	<b>Poltrona de Coleta</b> reclinável em até 04 posições, com tubo de aço carbono de 1.1/4" x 1,20mm e 7/8" x 1,20mm; encosto costurado, assento e descansa pés estofados em espuma D23R com 70mm de espessura, movimento simultâneo de encosto e descansa pés comandados por lavanca lateral.	484081	UNIDADE	1	3	0	0	3	R\$	1.485,60	R\$	1.931,28	R\$	5.793,84
30	<b>Mesa auxiliar em aço inox</b> para instrumentação cirúrgica, medidas aproximadas 90x50x80cm, com estrutura resistente em aço inox, sem alças de transporte, e com 4 rodízios giratórios de pelo menos 2 polegadas.	399755	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$	1.100,00	R\$	1.430,00	R\$	2.860,00
31	<b>Mesa Auxiliar Hospitalar</b> Material Estrutura: Estrutura Esmaltada, Material Tampo: Tampo E Prateleira Aço Inoxidável, Formato: Quadrada, Comprimento Tampo: Cerca De 40 CM, Largura Tampo: 40 CM, Altura: 80 CM, Características Adicionais: com rodinhas.	465639	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$	329,71	R\$	428,62	R\$	857,24
32	<b>Banqueta estrutura</b> tubo 1", pintura epóxi, assento estofado espuma laminada 3,5 cm d-28 e encosto 1,5 cm d-28, revestimento tecido com debrum da mesma cor ou outra cor. TIPO: Banqueta de metal. Material: metal. Medidas: 90X40X45, PESO: 6,8 kg.	387910	UNIDADE	2	8	0	0	8	R\$	446,61	R\$	580,59	R\$	4.644,72
33	<b>Pinça Hartmann Jacaré Curva</b> , 18 cm de comprimento e 4 mm de espessura, com serrilha, confeccionado em aço inoxidável, autoclavável.	474438	UNIDADE	1	3	0	0	3	R\$	316,41	R\$	411,33	R\$	1.233,99
34	Armário em Aço Carbono com Prateleiras e Rodízios nas medidas aproximadas: 2000mm x 1000mm x 500mm (Altura x Largura x Profundidade). Montagem totalmente modular. Perfis estruturais quadrado em chapa de aço laminada a frio SAE 1010 com espessura de 1,0mm. Bandeja superior em chapa de aço laminada a frio SAE 1010 com espessura de 1,0mm. 4 Bandejas intermediárias em chapa de aço laminada a frio SAE 1010 com espessura de 1,0mm e capacidade de até 40kg por prateleira. Bandeja inferior em chapa de aço laminada a frio SAE 1010 com espessura de 1,0mm. Rodízios de 100mm de diâmetro com garfo em zamak e banda de rodagem em poliuretano (2 com trava e 2 sem trava). Pintura eletrostática a pó a base de resina poliéster com espessura média de 80 microns e grau de aderência GR0, conforme DIN 53151, na cor Branca PTA048 microtexturizada.	621400	UNIDADE	50	70	0	0	70	R\$	3.036,08	R\$	3.946,90	R\$	276.283,00
35	<b>Caixa plástica</b> , material polipropileno alta densidade, comprimento 34 cm, largura 22 cm, altura 17,50 cm, cor azul, características adicionais trava lateral, tipo bin, <b>modelo 6</b>	430600	UNIDADE	10	30	0	0	30	R\$	20,81	R\$	27,05	R\$	811,50
36	<b>Caixa plástica</b> , material polipropileno alta densidade, comprimento 34 cm, largura 22 cm, altura 17,50 cm, cor azul, características adicionais trava lateral, tipo bin, <b>modelo 7</b> .	430600	UNIDADE	10	30	0	0	30	R\$	20,81	R\$	27,05	R\$	811,50
37	<b>Caixa plástica</b> , material polipropileno alta densidade, comprimento 34 cm, largura 22 cm, altura 17,50 cm, cor azul, características adicionais trava lateral, tipo bin, <b>modelo 8</b> .	430614	UNIDADE	10	30	0	0	30	R\$	30,17	R\$	39,22	R\$	1.176,60
38	<b>Caixa plástica</b> , material polipropileno alta densidade, comprimento 34 cm, largura 22 cm, altura 17,50 cm, cor azul, características adicionais trava lateral, tipo bin, <b>modelo 9</b> .	430614	UNIDADE	10	30	0	0	30	R\$	32,01	R\$	41,61	R\$	1.248,30
39	<b>Escada</b> , material liga alumínio, tipo dupla, quantidade degraus 7 un, características adicionais sapata borracha, capacidade 120 kg e degrau plano, altura 2,50 m	631547	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$	300,00	R\$	390,00	R\$	780,00
40	<b>Armário odontológico</b> composto por 2 (dois) módulos porta e 1 (um) módulo gaveteiro (com 5 gavetas); fabricado 100% em <b>MDF BP Branco</b> - Medidas 0.53 x 1.55 x 0.85 m - CORREDIÇAS TELESCÓPICAS.	634108	UNIDADE	2	6	0	0	6	R\$	3.653,21	R\$	4.749,17	R\$	28.495,02

41	<b>Mesa Auxiliar Odontológica</b> com 5 Gavetas. Medidas: Largura 49cm x Altura 72cm x Profundidade 35cm; Puxadores em LIGA ZAMAK; 100% MDF, COM RODINHAS.	254862	UNIDADE	5	10	0	0	10	R\$	1.486,99	R\$	1.933,09	R\$	19.330,90
42	<b>Consultório Odontológico:</b> Material Estrutura: Aço, Pintura Eletrostática. Base com debrum antiderrapante, dispensando fixação no piso. Estrutura de aço maciço, com tratamento antioxidante e pintada com epóxi. Capacidade de até 200kg. Braço de apoio para o paciente fixo. Tipo Revestimento: PVC Laminado de fácil higienização. Tipo Encosto: Cabeceira Biarticulada e com regulagem de altura. Tipo Controle: Comando Pedal multifuncional, para cadeira e refletor, Equipo com braço mecânico, puxador bilateral, Bandeja, 3 Terminais Borden (tríplice, sem spray para baixa rotação, e 1 terminal alta rotação), Tipo Refletor: Led, monofocal, dupla proteção, com giro de 620 graus. Unidade de água: cuba em cerâmica, terminal de sugador e terminar de sugador bomba à vácuo. Porta copo e sensor de proximidade. Qualidade igual ou superior a Saevo S201.	416184	UNIDADE	5	10	0	0	10	R\$	24.484,17	R\$	31.829,42	R\$	318.294,20
43	<b>Maca clínica</b> , confeccionada em aço inoxidável, com leito estofado. Possui pés fixos, sem rodízios. Cabeceira regulável por sistema de cremalheira. Dimensões aproximadas: comprimento até 2,00 m, largura cerca de 0,60 m e altura cerca de 0,80 m. Capacidade de carga de até 150 kg.	630061	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$	2.254,24	R\$	2.930,51	R\$	5.861,02
44	<b>BOTA HÍBRIDA SEM FIO DE COMPRESSÃO PNEUMÁTICA PARA MASSAGEM:</b> Até 10 ciclos sem recarregar, Modelo AVA-700, Funciona sem fio, na bateria interna com autonomia de até 10 ciclos.	631029	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$	7.336,27	R\$	9.537,15	R\$	19.074,30
45	<b>KIT PERFURADOR ORTOPÉDICO COM BATERIA:</b> 1. Descrição do Item: Perfurador ortopédico motorizado, portátil, sem fio, acionado por bateria recarregável, destinado à perfuração óssea em procedimentos cirúrgicos ortopédicos e traumatológicos. 2. Especificação Técnica: Funcionamento por bateria recarregável, Velocidade variável Alto torque para perfuração óssea, Rotação reversível Compatível com brocas ortopédicas padrão, Design ergonômico Compatível com processos de esterilização hospitalar. 3. Bateria e Carregamento Bateria recarregável de íons de lítio ou tecnologia equivalente Autonomia compatível com múltiplos procedimentos Carregador bivolt automático Indicador de nível de carga. 4. Acessórios 01 perfurador ortopédico, 02 baterias recarregáveis, 01 carregador, 01 estojo para acondicionamento e esterilização. Registro vigente na ANVISA, Manual do usuário em língua portuguesa Garantia mínima de 12 meses. Qualidade igual ou superior ao Kit Perfurador CD5 STRYKER.	445274	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$	43.033,33	R\$	55.943,33	R\$	111.886,66
46	<b>KIT SERRA ÓSSEA COM BATERIA:</b> Serra óssea ortopédica motorizada, portátil, sem fio, acionada por bateria recarregável, destinada ao corte ósseo em procedimentos cirúrgicos ortopédicos e traumatológicos. 2. Especificação Técnica: Funcionamento por bateria recarregável Movimento oscilatório, sagital ou recíprocante. Potência adequada para cortes ósseos precisos Compatível com lâminas ortopédicas padrão Baixo nível de vibração Design ergonômico Compatível com processos de esterilização hospitalar. 3. Bateria e Carregamento: Bateria recarregável de íons de lítio ou tecnologia equivalente Autonomia compatível com múltiplos procedimentos. Carregador bivolt automático. Indicador de nível de carga. 4. Acessórios: 01 serra óssea, 02 baterias recarregáveis, 01 carregador, 01 estojo para acondicionamento e esterilização. 5. Requisitos Regulatórios: Registro vigente na ANVISA. Manual do usuário em língua portuguesa. Garantia mínima de 12 meses. Qualidade igual ou superior Kit SERRA SAGITAL STRYKER 8.	445274	UNIDADE	1	2	0	0	2	R\$	43.033,33	R\$	55.943,33	R\$	111.886,66
47	Detector Fetal Tipo: Portátil , Ajuste*: Ajuste Mecânico, Botão De Controle , Material: Gabinete Metálico , Tipo De Análise: Ausculta Bcf, Fluxo Sanguíneo Placenta E Cordão , Faixa Medição: Bcf Até Cerca 200 BPM, Frequência: Até Cerca 2,2 MHZ, Fonte Alimentação: À Bateria , Componentes: C/ Alto Falante, Transdutor , Outros Componentes: Entrada Auxiliar , Adicionais: Fone Ouvido, Carregador	433840	UNIDADE	1	3	0	0	3	R\$	370,10	R\$	481,13	R\$	1.443,39
48	<b>Microscópio Biológico Trinocular em LED:</b> Sistema óptico corrigido para o infinito, Iluminação: Built-in transmitido iluminação Koehler com diafragma de campo. 6V 30W lâmpada halógena ou LED de alta intensidade (branco quente). Intensidade ajustável Oculares: Campo extra largo WF10x/22mm Objetivos: PLANO ACROMÁTICO 4x/0.1; 10x/0.25; 40x/0.65; 100x/1.25 (imersão em óleo) Foco: Botões coaxiais macrométricos e micrométricos em ambos os lados (0,002mm). Ajuste de excursão de limite superior. Ajuste de torque no botão de foco grosso Peça nasal giratória: Peça nasal quádrupla invertida, girando e travando em cada objetivo. Tubo de observação: Inclinação do tubo 30° inclinado, 360° rotativo Ajuste de distância interpupilar 48-75mm, ajuste da diferença dióptrica ± 5mm Seletor de caminho de luz 100% - 0% ou 0% - 100% Palco:193x155mm. Excursão XY: 75x50mm (divisão 0,1mm). Botões coaxiais no lado direito. Condensador Abbe, N.A. 1,25. Equipado com diafragma e assento de filtro. A altura e a centralização são ajustáveis. Peso: 9 kg	627732	UNIDADE	1	2	1	2	4	R\$	7.685,73	R\$	9.991,45	R\$	39.965,80

49	<b>Carro de Emergência contendo os seguintes itens:</b> - Desfibrilador Externo Automático Toth Easyshock 5800 - Dimensões: 254 mm (A) x 222 mm (L) x 76 mm (P) - Peso: 1,0 kg (com bateria) - LEDs de status: prontidão, bateria e modo automático - Botões: Liga/Desliga, entrega de choque, modo pediátrico - Instruções por voz e metrônomo de 100 bpm - Registro ANVISA: 82247860016 - Carrinho com 4 Gavetas - Estrutura robusta para transporte e organização dos equipamentos - Dimensões: 75 cm (C) x 52 cm (L) x 80 cm (A) - Registro ANVISA: 82247860016 - Oxímetro de Pulso - Monitoramento não invasivo de saturação e frequência cardíaca - Registro ANVISA: 80795950001 - Máscara Laríngea Reutilizável nº 5 - Dispositivo para acesso supraglótico - Registro ANVISA: 81766609023 - Cilindro de Oxigênio em Alumínio (3L, vazio) - Acessórios: válvula com fluxômetro e manômetro - Umidificador 250 ml - Registro ANVISA: 81766600014 - Aspirador de secreções elétrico portátil - Registro ANVISA: 81766600014 - Kit de Cânulas de Guedel (tamanhos variados) - Registro ANVISA: 81766609019 - Laringoscópio com lâmina curva nº 5 - Registro ANVISA: 81766600001 - Máscara Venturi e Máscara com Reservatório Adulto - Registro ANVISA: 10150470628 (Venturi) - Registro ANVISA: 10150470492 (Reservatório) - Reanimador Manual em PVC com Reservatório Adulto - Registro ANVISA: 10150470560 - Kit Fio Guia para Intubação (Adulto, Pediátrico e Neonatal) - Registro ANVISA: 10150470324 - 10 Tubos Endotraqueais (tamanhos variados) - Registro ANVISA: 10150470331 Especificações de Transporte: - Peso total embalado: aproximadamente 45 kg - Dimensões da embalagem: 90 cm (C) x 60 cm (L) x 90 cm (A)	436687	UNIDADE	1	2	2	3	5	R\$	12.593,24	R\$	16.371,21	R\$	81.856,05
50	<b>Maca Fixa:</b> Tubular, Composição: aço carbono 1020, Espuma ortopédica de alta resiliência com densidade D33, Revestimento em courvin sintético, Revestimento da estrutura: pintura epóxi na cor branca, Cabeceira reclinável: ângulo de 45º para regulagem, Medidas: 192,5x65x81 cm (CxLxA), Peso máximo suportado 140 kg, Dimensão do Produto: 192,5 x 64,4 x 80,7 cm (C x L x A), Peso do Produto: 18,2 Kg, <u>Dimensões da Embalagem: 172,5 x 77,5 x 15 cm (C x L x A),</u>	630061	UNIDADE	1	2	3	5	7	R\$	990,00	R\$	1.287,00	R\$	9.009,00
51	<b>Laringoscópio:</b> Cabo para Laringoscópio Convencional Médio Lâmina Laringoscópio Standard Curva Tam 0 MD, Lâmina Laringoscópio Standard Curva Tam 1 MD, Lâmina Laringoscópio Standard Curva Tam 2 MD, Lâmina Laringoscópio Standard Curva Tam 3 MD, Lâmina Laringoscópio Standard Curva Tam 4 MD, Lâmina, Cabo em metal à prova de ferrugem, leve e resistente, Cabo com superfície recartilhada, melhor aderência e segurança, Alimentação por pilhas alcalinas (2 pilhas médias - Tipo C), Esterilizável e autoclavável, Acabamento estriado - para melhor ergonomia e segurança, Tampa da bateria fechada impede líquidos penetrarem no interior do compartimento, Tamanho: Médio. - Reg. ANVISA 80070210014; - Alimentação: 02 Pilhas Tipo C (não inclusas). Lâmina de Laringoscópio convencional; - As arestas arredondadas da lâmina de Macintosh reduzem o risco de lesão; - Autoclaváveis até 134°C cerca de 4.000 vezes. Nenhum efeito adverso no uso de ETO, autoclavagem a vapor.	602243	UNIDADE	1	2	4	6	8	R\$	819,03	R\$	1.064,74	R\$	8.517,92
52	<b>Compressor Odontológico:</b> Deslocamento Teórico l/min: 147 Pcm: 5,2, Pressão Máxima PSI: 120, BAR: 8,3 Reservatório Volume (Litros): 50 , Tempo de Enchimento: 4'26 Número de Cilindros: 2, Número de Estágios: 1 RPM do Bloco: 1640, Motor Elétrico HP: 1,2 Número de Pólos: 4, Embalagem (mm): 900(C) 460(L) 900(A) Peso do Cabeçote (KG): 15, Peso com Embalagem C/M (KG): 47.	416014	UNIDADE	1	2	1	2	4	R\$	7.293,08	R\$	9.481,00	R\$	37.924,00
TOTAL												R\$	1.559.269,77	

## HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA

**Estudo Técnico Preliminar 2/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64597.000934/2026-17

**2. Descrição da necessidade**

2.1. Hospital de Guarnição de Tabatinga caracteriza-se por uma Organização Militar de Saúde, tendo como finalidade garantir atendimento aos pacientes militares, civis, estrangeiros e indígenas. É o hospital de referência na região do Alto Solimões, particularmente para a cidade de Tabatinga, cidade fronteiriça entre Brasil, Colômbia e Peru. A aquisição dos itens deste pregão é necessária para assegurar a continuidade, qualidade e eficiência dos atendimentos prestados

2.2. A Assistência Hospitalar tem por uma de suas atribuições selecionar equipamentos e materiais permanentes, capazes de solucionar a maioria dos problemas de saúde da população, em apoio às ações assistenciais e terapêuticas, de forma eficaz, segura e com custos racionais. A maioria das intervenções em saúde envolve o uso de recursos, insumos e tecnologias em saúde, cujo emprego adequado pode ser determinante para a obtenção de melhores resultados assistenciais para os pacientes atendidos no HGuT.

2.3. Dessa forma, a ausência ou obsolescência desses materiais pode acarretar prejuízos à manutenção da saúde dos militares, seus dependentes e da população civil da região, uma vez que poderá resultar na impossibilidade de prestação adequada dos atendimentos. Ademais, tal situação pode ocasionar aumento significativo dos gastos públicos, em razão da necessidade de contratações emergenciais, que, em sua maioria, culminam na aquisição de produtos com custos mais elevados e, nem sempre, com a qualidade desejada. Soma-se a isso o potencial aumento no encaminhamento de pacientes para unidades de referência em Manaus, procedimento que, em regra, é altamente complexo, oneroso e de difícil execução logística.

2.4. Os materiais permanentes são destinados a atender as necessidades dos diversos setores assistenciais que desenvolvem as seguintes atividades:

**a) Necessidade na área Hospitalar** – ofertar ao paciente atendimento adequado e de qualidade. O material é necessário e imprescindível, tendo como objetivo principal:

(1) assegurar a disponibilidade e o adequado funcionamento de equipamentos e materiais permanentes essenciais à assistência hospitalar, promovendo segurança e eficiência nos atendimentos;

(2) atender à demanda assistencial dos pacientes hospitalizados, garantindo suporte adequado às ações diagnósticas, terapêuticas e de monitoramento realizadas no âmbito hospitalar.

**b) Danos ocasionais caso não seja concretizada a aquisição** – a não realização da aquisição poderá implicar na impossibilidade ou na significativa restrição da capacidade de atendimento à família militar e à população local. A indisponibilidade de materiais e equipamentos permanentes essenciais pode comprometer a segurança e a efetividade da assistência prestada, ocasionando atrasos, interrupções ou inadequações nos procedimentos assistenciais, com potencial risco de agravamento do quadro clínico dos pacientes, aumento de eventos adversos, necessidade de encaminhamentos para unidades de referência e, a depender da gravidade da situação, ocorrência de danos temporários ou permanentes à saúde dos pacientes.

**c) Local** – diversos setores do hospital, como: Unidade de Emergência, Central de Abastecimento Farmacêutico, Fisioterapia, Odontologia, Farmácia, Unidade de Internação, Laboratório, Centro Cirúrgico e Obstétrico, Central de Material Esterilizado e Semi-Intensiva.

d) Demonstrativo de Necessidades – os quantitativos a serem licitados, conforme registrados no Termo de Referência, foram estimados com base na necessidade de cada setor hospitalar, a partir do levantamento das demandas clínicas, acrescidos de margem de segurança e ajustados à atual realidade desta Organização Militar de Saúde. Tal estimativa visa ampliar a capacidade de atendimento da unidade e atender às demandas decorrentes de sua atuação como hospital de referência na região do Alto Solimões.

2.5. O êxito do processo licitatório viabilizará a adequada prestação da Assistência Hospitalar neste hospital, assegurando a disponibilidade de equipamentos e materiais permanentes necessários ao atendimento e tratamento de qualidade aos pacientes. Tal medida contribuirá para a redução de encaminhamentos a outras unidades de saúde não conveniadas, promovendo, assim, a racionalização e o uso eficiente dos recursos disponibilizados ao HGuT.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Boletim Interno Nr 8 de 13 de janeiro de 2026 do HGuT	Mariana Cristina Ferreira - 1º Tenente - Chefe da Equipe de Planejamento
Boletim Interno Nr 8 de 13 de janeiro de 2026 do HGuT	Letícia Nadal - 1º Tenente - Membro da Equipe de Planejamento
Boletim Interno Nr 8 de 13 de janeiro de 2026 do HGuT	Gabriel Jackson Lima Leite – 1º Tenente - Membro da Equipe de Planejamento

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os equipamentos deverão atender às normas sanitárias vigentes estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), devendo possuir registro válido no Ministério da Saúde. A contratação também exigirá que a empresa contratada adote práticas de sustentabilidade, em conformidade com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União. A relação dos itens aprovados, bem como suas especificações técnicas e quantitativos, encontra-se detalhada na Tabela anexa ao Termo de Referência.

4.2. Os bens deverão ter prazo de validade mínimo de 70 % do prazo recomendado pelo fabricante a contar do recebimento no Hospital de Guarnição de Tabatinga salvo nos casos de disposição em contrário.

4.3. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do (a) assinatura do contrato ou instrumento equivalente (nota de empenho), em remessa única, de acordo com o documento.

4.4. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do HGuT durante o horário de expediente, seguindo o regulamento interno de vestimenta.

4.5. Qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega do produto ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado.

4.6. Havendo materiais importados, será necessária a entrega de manual de instruções em português.

4.7. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, haja vista tratar-se de aquisição de bens com entrega imediata, cujo pagamento somente será efetuado após a verificação do total atendimento às condições editalícias, conforme critério da Administração.

### 5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando o levantamento de mercado, foram realizadas pesquisas de preços com base nos parâmetros estabelecidos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como nos demais dispositivos legais aplicáveis, em conformidade com a Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, consistindo na prospecção e análise das alternativas disponíveis de soluções para atendimento da necessidade identificada.

5.2. Conforme a ferramenta Pesquisa de Preços do Compras.gov.br, foi emitido o Relatório de Pesquisa de Preços, por meio dos Relatórios Resumidos nº 5/2026, 20/2026, 21/2026 e 22/2026 do HGuT e 14/2026 do 8º BIS, abrangendo o total de 52 itens. Para a composição dos preços, foram utilizadas como fontes de consulta aquelas previstas nos incisos I, III e IV.

5.2.1. I - Painel de Preços (<http://paineldepregos.planejamento.gov.br>);

5.2.2. II - Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços;

5.2.3. III - Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso.

5.2.4. IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

5.2.5. V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

### 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A especificação técnica, assim como as condições especiais de habilitação da empresa no ramo do objeto, está elencada no Edital e seus anexos.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Os bens deverão ser entregues no Hospital de Guarnição de Tabatinga, situado na Avenida da Amizade, nº 887, Centro, CEP 69640-000, Tabatinga/AM, no horário de funcionamento da unidade, de segunda a quinta-feira, das 7h às 11h e das 13h às 14h30h, e às sextas-feiras, das 7h às 11h. Havendo participantes, a empresa deverá observar os horários de funcionamento da respectiva unidade de destino.

6.4. Para fins de análise das propostas, as empresas concorrentes deverão enviar o portfólio original do fabricante do produto com a identificação e as especificações detalhadas dos itens ofertados. Não serão aceitos documentos com colagem/prints de imagens com descrição de revendedor.

6.5. Desde que fundamentado em estudo técnico preliminar, a Administração poderá exigir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades. (Art. 40, §4º, Lei nº 14.133, de 2021, e art. 10, inciso II, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 2022). Assim sendo, os itens contemplados para este feito são: 1, 2, 3, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51 e 52.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos foram definidos com base nas necessidades identificadas pelo corpo clínico, considerando a seleção de equipamentos com padrão de qualidade compatível com as melhores opções atualmente disponíveis no mercado. A definição buscou assegurar a adequada implantação e aquisição dos equipamentos para o hospital, de modo a atender às demandas assistenciais do corpo clínico e dos pacientes. Adicionalmente, foi prevista uma margem de segurança, em razão do histórico de aumento da demanda e do surgimento de novas necessidades desta Organização Militar de Saúde.

7.2. A estimativa de preços está consolidada no relatório de cotação que será anexada aos autos do processo.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.436.439,86

8.1. A estimativa do valor anual do contrato é de aproximadamente **R\$ 1.436.439,86** (um milhão, quatrocentos e trinta e seis reais mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos).

8.2. Pesquisa de preços: utilizado os seguintes parâmetros, observado o disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais dispositivos legais, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, a partir de pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

8.3. Resultados: os resultados foram consolidados, devidamente incluso nos autos deste processo, contendo os valores da média das pesquisas de mercado por cada item no sistema.

8.4. As especificações técnicas do objeto, idealizadas pelo setor requisitante, apresentadas no processo, correspondem à real necessidade da administração militar, não caracterizando, em hipótese alguma, restrição indevida a competitividade.

8.5. Os valores de referência apresentados no presente estudo foram oriundos de cotação ampla, detalhada, transparente, cuidadosa, de modo a se configurar um juízo seguro de que os preços orçados estão compatíveis com os que são praticados comumente pelo mercado, sendo observada, inclusive, a utilização de forma combinada ou não dos parâmetros, atento ainda às prioridades elencadas da lei vigente.

8.6. O acréscimo de valores identificado nas cotações decorre exclusivamente de fatores logísticos inerentes à localidade de entrega, não representando margem adicional de lucro ao fornecedor, mas sim o ressarcimento de custos operacionais inevitáveis. A cidade de Tabatinga/AM está situada na Região do Alto Solimões, em área de difícil acesso, na Tríplice Fronteira, cuja logística de abastecimento depende majoritariamente de transporte fluvial e/ou aéreo, o que eleva significativamente os custos de frete, seguro e manuseio. Ressalte-se que, na modalidade CIF (Cost, Insurance and Freight), tais despesas são integralmente suportadas pelo fornecedor e incorporadas ao preço final do produto, incorrendo em acréscimo estimado de 30% sobre o valor do bem, conforme cotação apresentada no Termo de Referência. Dessa forma, o valor cotado reflete a realidade do mercado para entrega no destino, considerando as peculiaridades regionais e as limitações logísticas existentes, em consonância com o princípio da economicidade e com o disposto na Lei nº 14.133/2021, evitando a fixação de preços inexequíveis e assegurando a efetiva entrega dos bens e a continuidade das atividades institucionais.

8.7. Quanto à existência de variação entre valores estimados nas diferentes etapas do planejamento, esta é justificada pela natureza, metodologia e grau de detalhamento próprios de cada instrumento. No Documento de Formalização de Demanda, o valor total estimado de R\$ 540.326,97 corresponde a uma estimativa preliminar, elaborada com base em referências genéricas de mercado, com a finalidade de dimensionar a necessidade orçamentária inicial. Posteriormente, no Termo de Referência, o valor foi ajustado para R\$ 1.436.439,86 (valor total dos 52 itens somente do HGuT), podendo haver alteração em caso de participação de outra unidade, em razão do maior refinamento técnico da especificação e da consolidação das cotações e a incorporação do acréscimo de 30% decorrente dos custos logísticos adicionais, como elucidado no item 8.6. Por sua vez, o valor apurado no Relatório de Pesquisa de Preços do Compras.gov.br nº 05/2026, 20/2026, 21/2026, 22/2026 e 17/2026 no montante de R\$ 924.071,13, reflete preços referenciais nacionais, os quais, embora úteis para fins comparativos e de análise de mercado, não contemplam integralmente as especificidades logísticas locais nem

eventuais custos acessórios, razão pela qual se mostram inferiores ao valor adotado no Termo de Referência. Dessa forma, as diferenças identificadas são tecnicamente justificáveis, coerentes com a evolução do planejamento da contratação e compatíveis com o princípio da economicidade, não configurando inconsistência, mas sim o adequado amadurecimento das estimativas ao longo do processo.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. A licitação será dividida em itens, com o objetivo de ampliar ao máximo a disputa entre os licitantes para obtenção das propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Destaca-se que não se faz necessária a realização de contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A presente aquisição está diretamente relacionada às determinações presentes no Boletim Interno Nr 8 de 13 de janeiro de 2026 do HGuT, onde consta a designação da equipe de planejamento das contratações desta OMS.

11.1.2. Ao Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019;

11.1.3 A Portaria nº 123 - COLOG/C Ex, de 8 de agosto de 2022, discorre sobre a logística sustentável no âmbito do Exército Brasileiro . A contratação em pauta seguiu as determinações presentes nesta Portaria, assim como também foi consultado a Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que versa sobre o Plano Diretor de Logística Sustentável, considerando objetivos e ações referentes a critérios e a práticas de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, tendo sido o processo em tela embasado por estas determinações;

11.1.4. Ao Plano de Contratações Anual de 2026;

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Melhoria no atendimento ao público interno deste Hospital;

12.2. Emprego judicioso dos recursos públicos;

12.3. Satisfação do público interno;

12.4. Continuidade e valorização da gestão dos processos da Administração Pública.

12.5. Atender ao Princípio da Administração Pública.

12.6. Melhoria na Assistência Médica e Diagnóstica.

12.7. Agilidade e Precisão: Equipamentos modernos permitem a realização de diagnósticos mais rápidos e precisos, reduzindo o tempo de espera e aumentando a eficácia dos tratamentos.

12.8. Ampliação da Capacidade: Aumenta a oferta de exames e procedimentos dentro da própria rede hospitalar militar, diminuindo a dependência de serviços contratados externamente.

12.9. Segurança do Paciente: Reduz riscos de falhas técnicas associadas a aparelhos obsoletos e fortalece protocolos de segurança.

12.10. Continuidade dos Serviços: A substituição de itens desgastados por novos materiais permanentes assegura que o hospital opere sem interrupções por quebra de equipamentos antigos

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Providências a Serem Tomadas Previamente ao Contrato - Configura a necessidade de elaboração de cronograma para adequação de ambientes para os itens 1, 42 e 52 .

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

### 14.1. Geração de Resíduos e Descarte

14.1.1. Embalagens: A entrega de móveis e equipamentos gera volumes significativos de papelão, plásticos e isopor. As licitantes devem, preferencialmente, utilizar embalagens recicláveis ou biodegradáveis e garantir o menor volume possível.

14.1.2. Desfazimento de Itens Antigos: A entrada de itens novos exige o descarte de equipamentos obsoletos, que podem conter metais pesados ou componentes tóxicos se não destinados corretamente via logística reversa ou leilão de bens.

### 14.2. Mitigação e Normas Obrigatórias.

14.2.1. Gestão Ambiental do Exército: As ações são orientadas pelas Instruções Gerais para o Sistema de Gestão Ambiental do Exército (IG 20-10), que responsabilizam cada militar e unidade pelo cumprimento da legislação vigente.

14.2.2. Critérios de Sustentabilidade: As licitações do Exército buscam a racionalização de recursos e compras compartilhadas para gerar menos impacto e maior economia de escala

14.3. Gestão de Resíduos de Saúde: Para equipamentos que entram em contato direto com pacientes ou fluidos, a unidade deve manter o gerenciamento rigoroso dos resíduos conforme as normas da Anvisa (RDC 222/2018) e do CONAMA.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares demonstraram que a aquisição destinada ao Hospital de Guarnição de Tabatinga é conveniente e oportuna, sendo, sobretudo, essencial para atender às necessidades de todas as seções de assistência médica e diagnóstica do HGuT, conforme descrito neste Estudo Técnico Preliminar. Dessa forma, a contratação revela-se tecnicamente possível e devidamente justificada. Diante do exposto, declara-se viável a contratação pretendida.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Boletim Interno Nr 8 de 13 de janeiro de 2026 do HGuT

**MARIANA CRISTINA FERREIRA**

Chefe da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 26/04/2026 às 20:34:00.*



**LETICIA NADAL**

Membro da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 26/04/2026 às 20:24:43.*

**MODELO – TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO**



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CMA - 12ª RM  
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

ANEXO – II  
(Processo Administrativo nº 64597.000934/2026-17)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,**  
**QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR**  
**INTERMÉDIO DO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO**  
**DE TABATINGA E A EMPRESA**  
.....

A União, por intermédio do HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA, com sede na Avenida da Amizade, nº 887, Centro, Tabatinga/AM, inscrito no CNPJ sob o nº 09.623.258/0001-19, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas, Luiz Augusto Franco Cesar – Coronel, nomeado pela Portaria 618, de 22 de maio de 2025, do Comandante do Exército, publicada no Diário Oficial nº 96, de 23 de maio de 2025, portador da Matrícula Funcional nº xxxxx doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **64597.000934/2026-17** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90006/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **aquisição de material permanente previsto no PAASSEx 2026**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

			<b>MEDIDA</b>			
<b>1</b>						
<b>2</b>						
<b>3</b>						
<b>...</b>						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação.
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais

e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **XXXXXX**;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do

objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Tabatinga, Seção Judiciária de Tabatinga para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



**Tabatinga / AM, na data da assinatura eletrônica**

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

**1-**

**2-**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CMA - 12ª RM  
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA**

**ANEXO III**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \_\_\_\_/2026 PREGÃO SRP nº  
90006/2026**

A União, por intermédio do HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA, com sede na Avenida da Amizade, nº 887, Centro, Tabatinga/AM, inscrito no CNPJ sob o nº 09.623.258/0001-19, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas, Luiz Augusto Franco Cesar – Coronel, nomeado pela Portaria 618, de 22 de maio de 2025, do Comandante do Exército, publicada no Diário Oficial nº 96, de 23 de maio de 2025, portador da Matrícula Funcional nº xxxxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **90006/2026**, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo nº **64597.000934/2026-17**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **aquisição de material permanente previsto no PAASSEx 2026**, especificado(s) no(s) item(ns) **1 a 52** do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação nº **90006/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o(a) **HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA**

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Órgão Participante
COMANDO DE FRONTEIRA SOLIMÕES - 8º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA - BATALHÃO FORTE SÃO FRANCISCO XAVIER DE TABATINGA – 8º BIS

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor

deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e  
representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



## Anexo

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

ANEXO - IV  
PROCESSO: 64597.000934/2026-17  
PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

**PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS n° 90006/2026 UASG 160019**  
**"MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO"**

<b>PROPONENTE</b>			
<b>Razão Social:</b>			
<b>Logradouro:</b>			
<b>Cidade:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>	<b>TEL:</b>
<b>CNPJ:</b>	<b>E-mail:</b>		

Ilmo. Sr. Pregoeiro:

A empresa XXXX se propõe a vender os materiais abaixo discriminados, atendendo todas as condições estipuladas no Edital de Licitação:

Item/Lote	Discriminação	Marca	Unid	Quant	Valor unitário	Valor Total
TOTAL						

(NOTA EXPLICATIVA: Se necessário, para maior clareza da proposta, ela pode ser apresentada com a página orientada como paisagem) - (Esta nota explicativa NÃO deve ser inserida na proposta)

- Prazo de entrega: Conforme exigência constante Termo de Referência.
- Conta Bancária:

Sigla	Nome Local	Endereço de Entrega
HGuT	Hospital de Guarnição de Tabatinga	Cidade de Tabatinga - AM - Av. da Amizade, n° 887 - Centro
8° BIS	COMANDO DE FRONTEIRA SOLIMÕES - 8° BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA - BATALHÃO FORTE SÃO FRANCISCO XAVIER DE TABATINGA - 8° BIS	Cidade de Tabatinga - AM - Av. Central, S/N Centro

A empresa xxx declara, sob as penas da Lei:

O pleno conhecimento das exigências e das obrigações constante no edital eletrônico e seus respectivos anexos, submetendo a todas as condições nele estipulada, principalmente sendo vencedor da licitação.

Que os produtos são de qualidade, fabricados conforme ABNT e ANVISA - (agência nacional de vigilância sanitária), garantindo o cumprimento a legislação sanitária quanto às normas.

Sob penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que a proposta apresentada pela empresa proponente para participar da licitação que trata o presente edital, foi elaborada de maneira independente pela empresa proponente.

O comprometo-me a manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação e que a validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

Nesta oportunidade, temos a declarar, sob as penas da Lei, que tomamos pleno conhecimento dos produtos objeto desta licitação que não possuímos nenhum fato impeditivo para participação deste certame e que nos submetemos a todas as cláusulas e condições previstas neste edital.

Os preços propostos contemplam todas as despesas necessárias para execução do contrato conforme edital de licitação, bem como todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o fornecimento licitado.

Caso sejamos vencedores segue os dados completos da pessoa responsável por assinar o instrumento de contrato que eventualmente seja firmado pelas partes [nome], [naturalidade],[função], [telefone], [e-mail].

Declara que está de acordo com todas as condições do edital.

Local e Data

Nome do Proponente - [responsável/função]



Data e hora da consulta: xx/xx/2026 xx:xx

Usuário: xxxxxx

Anexo V - Nota de Empenho

UG Emitente	Nome da UG Emitente	Moeda
167019	HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA	REAL – (R\$)
Ano	Tipo	Número
2026	NE	XX

Célula Orçamentária					
Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
X	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

Data de Emissão      Tipo      Processo      Taxa de Câmbio      Valor  
xx/xx/2026      xxx      xxx      xx      xxx

Favorecido      Nome do Favorecido  
xxxxx      xxxxx

Amparo Legal						
Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
xx	xxx	xx	xx	xx	xx	xx

Descrição  
PAGAMENTO DE XXXXX, CONFORME REQUISIÇÃO XXXXX. DE XX/XX/XX...

Local de Entrega  
Tabatinga-AM

Informação Complementar  
Xxxx

Sistema de Origem  
COMPRASNET-ME

Lista de Itens  
Natureza de Despesa  
xxxxx- xxxxxxxx

Total da Lista  
R\$ xxxx

Subelemento xx – xxxxxxxxxxxxxxxxx		
Seq.	Descrição	Valor do Item
xxx	Item da Compra: xxxxx	xxxx

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
xx/xx/2026	xx	xx	xx	xx